

Indústria e política cambial

MARIO AMATO

Após sete meses de sua implementação, o Plano Real vem apresentando resultados excepcionais: a taxa de inflação caiu significativamente e a atividade econômica mostra um vigor entusiasmante. A obtenção da queda da inflação sem prejuízo da atividade produtiva evidencia o acerto do plano em evitar mágicas e malabarismos, como a intervenção no sistema de preços ou confisco da riqueza financeira, buscando lançar suas bases em sólidos fundamentos macroeconômicos. Estas características e o sucesso obtido até agora dão suporte às expectativas otimistas quanto à consecução da almejada estabilidade econômica.

De todo modo, fatos recentes, como a eclosão da crise mexicana e a rápida deterioração na balança comercial brasileira, vêm adicionar elementos até então ausentes do ambiente econômico sobre o qual os resultados se sustentam. Embora a situação da economia brasileira esteja muito distante do caso mexicano, a eclosão da crise altera o cenário internacional, em especial estabelecendo novos limites à capacidade de financiamento externo às economias emergentes, pelo menos no horizonte mais imediato. Além disso, expõe os riscos e limitações de se perseguir estratégias econômicas excessivamente dependentes de capitais externos de curto prazo. Esta é uma inestimável lição que devemos retirar da experiência mexicana.

Independentemente da crise dos mercados emergentes, a mudança recente no padrão comercial brasileiro é outro motivo de preocupação. De uma economia superavitária, que gerava saldos comerciais da ordem de US\$ 1 bilhão por mês, observamos, em curto tempo, uma balança deficitária. A razão desta drástica mudança é em grande parte resultado de um extraordinário crescimento das importações, reforçado, sem dúvida, pela expansão da atividade econômica. Temos observado nos últimos meses um verdadeiro festival de importações, fruto não apenas de uma taxa de câmbio deteriorada, mas também de uma liberalização algumas vezes açodada (o exemplo das importações pelo Correio é auto-explicativo). De orgulhosos produtores de bens

que eram colocados em diversos países do mundo, passamos a incentivar a importação de mercadorias.

Esta mudança de enfoque traz dois riscos e uma certeza. O primeiro risco atinge aquelas empresas que, seguindo a orientação da política econômica anterior, voltaram-se com grande ímpeto ao mercado externo e têm nas exportações parcela significativa de seu faturamento. A valorização da nossa moeda corroeu na mesma proporção o faturamento destas empresas, ao mesmo tempo em que os custos domésticos aumentaram, espremendo suas margens de lucro. Com receio de perder mercados conquistados com grande esforço ao longo de vários anos, e muitas vezes amarradas a contratos vigentes, as indústrias têm buscado manter suas exporta-

**“A rápida
promoção das
reformas
estruturais...
é uma condição
essencial”**

ções. A perda cambial, contudo, já coloca em perigo a própria sobrevivência de algumas dessas empresas.

Proceder a ações de política econômica que voltem a incentivar as exportações é assim crucial no curto prazo. Por mais necessária que seja a flexibilização cambial, o foco do ajuste não poderá se concentrar exclusivamente na política cambial. A agenda de correções inclui, além da flexibilização cambial, a ampliação das linhas de financiamento de longo prazo, eliminação de restrições cambiais aos exportadores (parcialmente atendidas no caso dos adiantamentos de contratos de crédito), desoneração fiscal de tributos que incidem sobre os produtos exportados e redução dos custos portuários (com a efetiva implementação

da reforma portuária) são exemplos de medidas que podem vir a ser tomadas já, independentemente das mudanças estruturais que necessitam de aprovação legislativa mais demorada.

O segundo risco está em perdermos a perspectiva de que a inserção internacional exige uma estratégia de longo prazo que não pode ser posta a risco por movimentos erráticos de curto prazo. A abertura comercial dos anos 90 tem sido um importante instrumento deste processo de inserção. É impossível negar os efeitos benéficos da pressão competitiva dos importados, que se traduz em melhoria tecnológica e maior eficiência na elaboração dos produtos. Todavia devem ser observados limites e respeito a regras, não se alterando intempestivamente alíquotas de importação, que modifiquem bruscamente as condições competitivas dos mercados. Vale lembrar que a previsibilidade é uma condição extremamente importante para as decisões de investimento privado.

A certeza fica por conta da necessidade de mudanças que venham a promover a consolidação da estabilidade econômica, o objetivo maior de toda a sociedade brasileira. Para a consecução deste objetivo, a rápida promoção das reformas estruturais, inclusive algumas mudanças constitucionais, é uma condição absolutamente essencial.

De um lado se coloca a reforma do Estado, incluindo a reforma fiscal e a tributária, imprescindível para garantir o equilíbrio permanente das contas públicas, a verdadeira âncora da estabilidade de preços a longo prazo. De outro, situam-se as reformas que venham a promover a melhoria da competitividade sistêmica da economia brasileira, eliminando entraves e ineficiências que oneram os custos privados ou se traduzem em gargalos ao investimento. Em outras palavras, é imperioso reduzir o chamado “custo Brasil”.

Este é o caminho para liberar a taxa de câmbio do papel de âncora vital do Plano Real, permitindo as correções que vierem a ser necessárias nesta variável fundamental para a competitividade dos produtos brasileiros e crucial para os interesses do próprio país.

Mario Amato é presidente da Confederação Nacional da Indústria.

16 FEV 1995

O GLOBO